



Maurício Canêdo Pinheiro

Professor adjunto na FCE/Uerj.
Doutor em economia pela
FGV EPGE

Competição e inovação

Como proporção do PIB, o esforço brasileiro de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) é superior ao de boa parte dos países com renda similar e próximo ao de alguns países desenvolvidos. No entanto, a comparação é mais desfavorável quando se consideram apenas as atividades de inovação feitas no âmbito das empresas. E provavelmente isto é um dos motivos pelo qual, em comparação com outros países, os investimentos brasileiros em inovação geram menos resultados, por exemplo, em termos de patentes.

Obviamente, é desejável o aumento dos investimentos nessa atividade, mas é possível conseguir grandes avanços apenas alterando o balanço entre investimentos públicos e privados. Isto pode ser conseguido pela redução do custo e do risco da inovação, mas também pelo aumento da percepção da necessidade de se inovar. Ou seja, é preciso tornar a inovação um imperativo para as empresas.

O Brasil ainda é um país bastante fechado ao comércio internacional. Ademais, várias políticas industriais adotadas nos últimos anos implicam maior proteção do mercado doméstico. A proteção excessiva e por tempo indeterminado reduz os incenti-

vos para investimento em inovação. As evidências empíricas confirmam esse entendimento, indicando que uma das principais alavancas do investimento em inovação é a pressão competitiva exercida pelos concorrentes, sejam eles domésticos ou de outros países.

Aliás, ilustra bem este ponto um artigo recente do economista Daron Acemoglu e coautores.¹ Com dados dos Estados Unidos eles demonstram que subsídios ao investimento em P&D, quando combinados com subsídios ou proteção às empresas estabelecidas ineficientes (em particular às maiores), geram, na melhor das hipóteses, ganhos pequenos de produtividade. Entretanto, se o governo subsidia o investimento em P&D das empresas estabelecidas, mas permite que as empresas menos eficientes sejam eliminadas pela exposição à competição, os ganhos em termos de produtividade são substanciais. Ou seja, políticas que dão apoio perene a empresas estabelecidas grandes, ao não permitirem a liberação de recursos escassos (em especial capital humano qualificado) para potenciais entrantes mais eficientes, acabam sendo contraproducentes. Este ponto é particular-

mente relevante no Brasil, em que a escassez de mão de obra qualificada é um problema sério, e no qual as políticas industriais, ao proteger indefinidamente o mercado doméstico e alocar recursos públicos para grandes grupos econômicos, tendem a manter em funcionamento empresas ineficientes.

Ademais, boa parte da inovação no âmbito das empresas – no Brasil e no resto do mundo – prescinde de atividades de P&D. Há um universo não desprezível de empresas que não são capazes de deslocar a fronteira tecnológica, mas que conseguem inovar pela adaptação e combinação de tecnologias existentes. Nesse caso, as evidências indicam que, para as empresas brasileiras, a atividade inovativa mais importante (e na qual são dispendidos mais recursos) tem sido a compra de máquinas e equipamentos. Na verdade, mesmo para as empresas maiores, nas quais a atividade de P&D é mais disseminada, a compra de bens de capital se mostra muito relevante. Este fato ganha ainda mais relevo à luz da evidência de que a importação de bens de capital é um importante canal de absorção de tecnologia. Tanto que a importância deste aspecto no desenvolvimento dos países do Leste Asiático, apontados como casos de sucesso de políticas industriais e de apoio à inovação, é enfatizada por vários autores.

Entretanto, o Brasil é um país particularmente fechado à importação de máquinas e equipamentos. Esse panorama é, em parte, herança de políticas industriais baseadas no mo-

No Brasil, políticas
industriais, ao proteger o
mercado doméstico e alocar
recursos públicos para
grandes grupos, tendem a
manter em funcionamento
empresas ineficientes

delo de substituição (não competitiva) de importações em virtualmente todos os elos da cadeia produtiva. Sendo assim, ao limitar a pressão competitiva sobre as empresas domésticas, bem como ao aumentar o custo do acesso a bens de capital importados e, portanto, reduzir a possibilidade de absorção de novas tecnologias pela compra de máquinas e equipamentos, boa parte da recente política industrial tem jogado contra a inovação no âmbito das empresas. Nesse sentido, é preciso redesenhar nossa política industrial para garantir as condições para que a indústria doméstica seja exposta gradativamente à competição internacional. ■

¹Acemoglu, D. *et al.* Innovation, reallocation, and growth. *American Economic Review*, v. 108, p. 3450-91, 2018.

*Maurício Canêdo Pinheiro
escreve a cada bimestre.*

